

Práticas educativas e estratégias de *coping* em crianças abrigadas

Giorgina Leni Batista
Patricia Santos da Silva
Caroline Tozzi Reppold

Resumo: Este estudo investigou práticas educativas de pais e educadores sociais e estratégias de *coping* adotadas por crianças abrigadas. Participaram da pesquisa 20 crianças, entre sete e 11 anos. Elas responderam a duas entrevistas, que objetivavam identificar práticas educativas e problemas nos ambientes familiar e institucional, e as estratégias de *coping* utilizadas. Resultados mostraram preponderância das práticas coercitivas em ambos ambientes. No ambiente familiar, os problemas mais comuns foram conflitos conjugais, e as estratégias de *coping* mais citadas foram *coping* focado na emoção e inação. Problemas no ambiente institucional pareceram estar mais relacionados a conflitos com pares. O *coping* focado no problema e a busca de apoio dos educadores foram estratégias mais frequentes para lidar com esta situação. O conhecimento destes aspectos subsidia a elaboração de programas de treinamento para os pais e educadores sociais que possam contribuir ao processo de socialização das crianças abrigadas, considerando as dificuldades próprias do contexto.

Palavras-chave: práticas educativas, estratégias de *coping*, crianças abrigadas.

Educational practices and coping strategies for sheltered children

Abstract: This study investigated educational practices of parents and social educators and coping strategies adopted by sheltered children. This study involved 20 children between 7 and 11 years of age. They answered 2 interviews, whose purpose was to identify educational practices and problems in the family and institutional environments and coping strategies employed. The results showed prevalence of coercive practices in both environments. In the family environment, the most frequent problems are conflicts between mother and father and the most mentioned coping strategies are coping focused on emotion and inaction. Problems in the institutional environment are often related to conflicts with their peers. Problem-focused coping and the search for the educators' support are more frequent strategies to deal with this situation. Understanding these aspects helps the creation of training programs for parents and social educators to promote the socialization process of sheltered children, considering the specific difficulties of this context.

Keywords: educational practices, coping strategies, sheltered children.

Introdução

O desenvolvimento de crianças em condições adversas, como violência intrafamiliar, pobreza, desemprego, alcoolismo, políticas públicas inadequadas e outros problemas sociais, tem sido foco de muitos estudos no campo das ciências humanas. Pesquisas mostram que condições socioeconômicas desfavoráveis e práticas educativas ineficazes são alguns dos principais fatores de risco que levam crianças e adolescentes à situação de abrigamento no Brasil (Siqueira & Dell'Aglio, 2007).

Fatores de risco são entendidos como condições que aumentam a probabilidade de resultados negativos ou indesejáveis para o desenvolvimento dos sujeitos, incluindo comprometimentos à saúde, ao bem-estar ou ao desempenho social do indivíduo. Em

contraponto, os fatores protetivos são entendidos como condições que diminuem a probabilidade de o indivíduo desenvolver problemas (Jessor, Van Den Boss, Vanderryn, Costa & Turbin, 1995). Segundo Masten e Garmezy (1985), uma rede de apoio social se constitui como um tipo de fator protetivo e exerce grande impacto na saúde e no bem-estar do indivíduo (Samuelsson, Thernlund & Ringström, 1996), bem como em um melhor enfrentamento de adversidades (Poletto & Koller, 2002).

Porém, quando os resultados desses fatores implicam ameaças ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes e seus direitos estão sob ameaça ou são violados, estão previstas a aplicação de medidas jurídicas de proteção provisória; dentre essas, o abrigo da criança em instituições próprias para cuidado infanto-juvenil (ECA, 1990, art. 98). Segundo Barros e Fiamenghi Jr. (2007), a institucionalização pode ser percebida pelas crianças e pelos adolescentes como uma perda do acolhimento familiar, e por isso constituir-se como um fator de risco ao desenvolvimento. Contudo, apesar de os jovens pesquisados demonstrarem dificuldades em relação à criação de laços afetivos com novos pares, muitos também apresentam uma adaptação resiliente, superando os riscos inicialmente previstos.

Em específico com relação aos estudos que investigam a situação de abrigo e as práticas educativas recebidas, observa-se que os estudos, em sua maioria, tratam da questão das práticas educativas parentais, como apresentado por Macarini, Martins, Minetto e Vieira (2010) em revisão da literatura brasileira. Contudo, no caso da institucionalização, é imprescindível também a consideração das práticas educativas de outros agentes socializadores, como professores e educadores do abrigo. Em função disso, a literatura que respalda as práticas parentais foi utilizada nesse estudo como o norte para avaliação das práticas educativas dos educadores das instituições de amparo à infância.

As práticas educativas parentais são estratégias utilizadas na orientação e socialização do comportamento dos filhos (Alvarenga & Piccinini, 2009; Reppold, Pacheco & Hutz, 2005). O processo de socialização da criança, muito influenciado pelo contexto familiar, é o meio pelo qual a criança adquire comportamentos adequados e esperados em sua cultura (Steimberg, 2000).

Estudos como o de Prada e Williams (2007) salientam que um dos objetivos desse processo é a aquisição de autonomia, e afirmam a importância da função dos pais no processo de socialização, devido à influência que exercem sobre os filhos através de exigências, restrições e valores. Um estudo que corrobora estes achados é o de Sapienza, Aznar-Farias e Silveiras (2009), que, ao investigar as práticas educativas utilizadas pelos pais de jovens com alto e baixo rendimento escolar, mostrou que o rendimento é diretamente relacionado à competência social adquirida e à utilização de práticas educativas positivas, como reforçamento e monitoramento.

Hoffman (1994), ao tratar das práticas empregadas pelos pais na socialização das crianças, diz que existem duas formas utilizadas para modificar o comportamento dos filhos: as estratégias indutivas e as coercitivas. Para ele, as estratégias indutivas possibilitam à criança a compreensão de suas ações e da necessidade de mudança no seu comportamento, sendo a forma mais efetiva, pois atingem o objetivo disciplinar mostrando à criança as consequências do seu comportamento e chamando sua atenção para os aspectos lógicos da situação, sem consequências punitivas. Já as estratégias de

força coercitiva são marcadas pela aplicação direta da força e do poder dos pais, com punição física, perda de privilégios e afeto e uso de ameaças (Hoffman, 1994). Segundo Dix, Ruble e Zambarano (1989), o objetivo da técnica coercitiva é forçar a criança a comportar-se de modo adequado, e os pais podem fazer isso de forma verbal, por ordens ou comandos, ou física, através da punição física.

Na literatura sobre práticas educativas, uma série de estudos ressalta que características como demonstração de afeto positivo, intimidade e comunicação familiar têm sido associadas ao bem-estar infantil e a menores índices de estresse psicológico, bem como ao emprego de estratégias de *coping* adaptativas (Hermam-Stahl & Peterse, 1996; Sanzovo & Coelho, 2007). Em contraponto a isto, Pacheco e Hutz (2009) destacam em seus estudos com adolescentes infratores e não infratores (que estavam cumprindo ou não medidas socioeducativas) variáveis relacionadas às práticas educativas que aumentam o risco de comportamento antissocial. Segundo os autores, o uso de substâncias, o número de irmãos, o envolvimento de um familiar com o crime e as práticas educativas parentais (como falta de monitoramento, punição e expressão de afeto negativo) explicaram 53% da variância do comportamento infrator.

Dentro desse contexto, um conceito importante para avaliação do ajustamento psicológico de crianças em situação de risco familiar é o de *coping*, que diz respeito às diferentes formas de adaptação dos indivíduos às circunstâncias adversas e aos esforços utilizados por eles para lidar com situações estressantes. Lazarus e Folkman (1984) definem *coping* como um conjunto de esforços cognitivos e comportamentais, utilizados pelos indivíduos para controlar (vencer, tolerar ou reduzir) demandas internas ou externas específicas: diante de uma situação de estresse. Nessas condições, o indivíduo emite um conjunto de respostas comportamentais para modificar o ambiente, na tentativa de adaptar-se da melhor maneira possível ao evento estressor, minimizando seu caráter aversivo (Sanzovo & Coelho, 2007).

Segundo Folkman e Lazarus (1980), as estratégias de *coping* podem ser divididas em dois grupos distintos, de acordo com sua função: *coping* focalizado na emoção ou no problema. De acordo com os autores, o primeiro é definido com um esforço para regular o estado emocional resultante de eventos estressantes ou associado ao estresse, tendo como função reduzir a sensação desagradável, mas não necessariamente resolver o problema causador do estresse. O segundo é caracterizado como um esforço que opera na origem do estresse e tenta mudá-lo. Sua função é alterar o problema existente na relação entre pessoa e o ambiente causador da tensão (Folkman & Lazarus, 1980). Estudos, nesta linha, ressaltam que o *coping* surge em diferentes fases do desenvolvimento. A aquisição do *coping* focalizado no problema ocorre, em geral, nos anos pré-escolar, enquanto o *coping* focalizado na emoção tende a aparecer mais tarde na infância e se desenvolve durante a adolescência (Heckhausen & Schulz, 1995).

Segundo Beresford (1994), a disponibilidade de recursos sociais é considerada um significativo componente para a utilização de estratégias de *coping* eficaz. A rede de apoio mais próxima da criança, durante a infância, na maioria das vezes, é constituída por sua família, que tem sido apontada como um importante fator de proteção, já que seu apoio pode ajudar as crianças no ajustamento psicológico e na organização de rotina frente às mudanças (Herman-Stahl & Peterson, 1996). Contudo, nem sempre esse apoio é

viável, como mostra o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, realizado em 589 abrigos. Por esse estudo, é possível constatar que em torno de 20 mil crianças e adolescentes viviam em abrigos em 2004, sendo na maioria meninos entre 7 e 15 anos, negros e pobres (Silva, 2004).

Apesar de a institucionalização ser uma realidade no Brasil, alguns autores defendem que o abrigo não é o melhor ambiente para o desenvolvimento das crianças. Entre eles, Carvalho (2002) destaca que, nas instituições de abrigamento, o atendimento é padronizado e coletivo, não há atividades planejadas e há fragilidade das redes de apoio social e afetivo, o que caracteriza alguns dos fatores que podem trazer prejuízos psicossociais ao longo do tempo. No entanto, outros estudos, como o de Dell'Aglio (2000), sugerem a institucionalização como uma alternativa positiva nos casos em que o ambiente familiar é desorganizado e caótico. As oportunidades de atendimentos oferecidas pelas instituições podem ser a melhor saída nos casos em que a família se encontra em situação desfavorável, sendo que existem diversas alternativas possíveis em se tratando de uma institucionalização como casas abrigo, instituições governamentais e não-governamentais.

Revisando a literatura sobre instituições de abrigo, Siqueira e Dell'Aglio (2006) salientam o lugar fundamental que instituições adquirem na vida das crianças e dos adolescentes abrigados e, em função disso, consideram indispensável investir neste ambiente de socialização, visando à transformação e à desestigmatização das concepções socialmente estabelecidas sobre a institucionalização. Neste sentido, Yunes, Miranda e Cuello (2004) também entendem que, para a instituição de abrigo transformar-se em um ambiente de desenvolvimento, é necessário instrumentalizá-la e capacitar seus agentes socializadores. As consequências da falta de apoio percebido por parte das crianças abrigadas são ilustradas, por exemplo, pela experiência apresentada por Ribeiro e Ciampone (2002) com crianças em situação de rua da cidade de São Paulo. Muitas afirmaram preferir permanecer na rua por não encontrarem no abrigo um lugar de acolhimento, sendo frequente a ocorrência de conflitos com os educadores sociais ou mesmo com pares durante o período no abrigo.

Outra questão relevante sobre a situação de abrigamento é o tempo em que, em geral, as crianças permanecem institucionalizadas. Apesar de o programa de abrigamento ser previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) como uma medida provisória e temporária, muitos adolescentes e crianças passam anos em abrigos. Sendo assim, é ainda mais importante que a instituição ofereça um ambiente propício para o pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças e adolescentes inseridos neste contexto.

A literatura sugere que, nos casos de abrigamento motivados pela negligência parental e pelas práticas educativas disfuncionais, muitas crianças tendem a apresentar déficits em relação à aquisição de habilidades sociais e a assumir estratégias de *coping* disfuncionais. Frente a isto, este estudo teve como objetivo investigar as práticas educativas empregadas por pais e educadores sociais de crianças institucionalizadas e as estratégias de *coping* por elas utilizadas em relação às dificuldades relativas à situação de abrigamento.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 20 crianças, seis meninas e 14 meninos, com idades entre sete e onze anos ($M=8,9$ anos; $d.p.=1,37$), escolaridade entre 1º e 6º ano do ensino fundamental ($M=2,6$ anos de escolaridade; $d.p.=1,50$), abrigados sem destituição do pátrio poder, em uma instituição pública da cidade de Caxias do Sul/Rio Grande do Sul. Os participantes estavam abrigados por motivos de abandono, maus-tratos (físico, psicológico, negligência) violência sexual intrafamiliar, dependência química dos pais ou responsáveis e/ou situação de rua. O tempo médio de abrigagem da amostra foi de 10 meses ($d.p.=10,36$). A instituição trata-se de uma Casa Abrigo, que presta atendimento para crianças de zero a 12 anos.

Instrumentos

Foram utilizadas como instrumentos deste estudo duas entrevistas semiestruturadas, elaboradas pelas pesquisadoras.

A Entrevista de Práticas Educativas objetivou investigar as práticas educativas empregadas pelos pais e pelos educadores sociais em situações cotidianas. Nesta entrevista, eram apresentadas situações cotidianas possivelmente vivenciadas pelas crianças e questionado qual era a prática educativa adotada por pai, mãe e educador social diante daquela situação. Em específico, perguntou-se à criança: O que teu pai/mãe/educador social faz quando (situações cotidianas: brigar com colegas, não fazer os deveres escolares, apresentar o boletim escolar, desobedecer a ordens, descumprir combinações sobre horários estabelecidos para retorno, mentir e sair sem a permissão de responsáveis).

A entrevista de *coping* teve como objetivos investigar o sentimento destas em relação à institucionalização e verificar as estratégias de *coping* utilizadas pelas crianças frente a situações de estresse no ambiente familiar e no abrigo. Nesta entrevista, as crianças foram questionadas sobre quais eram os problemas mais comuns vivenciados em casa, com os pais, ou, no abrigo, com os educadores. Após, era pedido que relatassem a maneira como costumavam lidar com esse problema (estratégia de *coping* adotada) e, a seguir, o que poderia ter sido utilizado como estratégia alternativa de *coping* frente à situação adversa relatada.

Procedimentos

O presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (protocolo nº. 2749). Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido da pesquisa e o Termo de Concordância da Instituição foram obtidos junto à coordenação do abrigo e ao juiz da infância da cidade do estudo, uma vez que a pesquisa trata de crianças abrigadas e a guarda dessas é de responsabilidade do Estado. Após consentimento da instituição e do juiz, entrou-se em contato com as crianças, foi feito o convite para participarem e solicitada a permissão para que se anotasse suas respostas. As entrevistas foram realizadas individualmente em sala adequada, cedida pela própria instituição, combinadas com antecedência.

Resultados

Os dados provenientes das entrevistas foram examinados através da análise de conteúdo quantitativa (Bardin, 1979). As respostas da Entrevista Semiestruturada de Práticas Educativas dos pais, das mães e dos educadores sociais foram categorizadas segundo a concepção teórica de Hoffman (1994) em estratégias indutivas (conversar / explicar / estímulo verbal) e estratégias coercitivas (punição física e/ou verbal / castigo / privação / ameaça de punição). Uma terceira categoria foi criada pelas autoras para contemplar as respostas de Inação (não fazer nada / não sei).

Com base na teoria de estresse de Lazarus e Folkman (1984), as respostas fornecidas pelos participantes na entrevista para investigar as estratégias de *coping* utilizadas para lidar com problemas nos ambientes familiar e institucional foram classificadas nas seguintes categorias: estratégias de *coping* “focalizado no problema” (bater, obedecer, pedir ajuda para alguém, mandar parar, continuar batendo), “focalizado na emoção” (chorar, esconder-se, ficar quieto) ou “inação” (não sei; não fazer nada).

Os dados foram categorizados por dois juízes independentes. O índice de concordância quanto à categorização foi superior a 90% e foi obtido através de Análise de Concordância – Kappa. Nos casos em que houve dúvidas sobre as categorias escolhidas, a avaliação de um terceiro juiz foi considerada.

Práticas educativas percebidas

As respostas sobre as práticas educativas percebidas (PEP) foram obtidas em relação ao pai ou figura paterna (tio ou padrastos), à mãe e ao educador social do abrigo. Na Tabela 1 é possível observar os dados obtidos em relação às PEP dos pais (n=15).

Tabela 1 – Frequência e percentual das respostas sobre práticas educativas paternas.

| Questão | Situação | Práticas indutivas | | Práticas coercitivas | | Inação | |
|---------|--------------------------------|--------------------|-----|----------------------|------|--------|------|
| | | FR | % | FR | % | FR | % |
| 1 | Brigar com colega | 3 | 20 | 8 | 53,4 | 4 | 26,6 |
| 2 | Não cumprir horário | 1 | 6,6 | 10 | 66,7 | 4 | 26,6 |
| 4 | Desobedecer ordens | 1 | 6,6 | 10 | 66,7 | 4 | 26,6 |
| 5 | Sair sem permissão | 0 | 0 | 10 | 66,7 | 5 | 33,3 |
| 6 | Comunicado da escola | 1 | 6,6 | 11 | 73,4 | 3 | 20 |
| 7 | Descobrir uma mentira | 0 | 0 | 12 | 80 | 3 | 20 |
| 8 | Não fazer as tarefas escolares | 1 | 6,6 | 8 | 53,4 | 6 | 40 |

Quanto às figuras paternas eleitas pelas crianças que desconheciam seu pai (tio ou padrasto) (n= 5), as práticas educativas coercitivas chegaram a atingir uma frequência de 100% nas situações em que as crianças desobedeciam a ordens ou recebiam o boletim escolar. Nesses cinco casos, as práticas indutivas foram referidas com maior frequência nas

situações de brigas com colegas e não cumprimento de horários combinados previamente (40%). A inação foi mais frequentemente relacionada às situações em que as crianças não cumpriam suas tarefas escolares (40%) e saíam sem pedir permissão (33,3%).

A Tabela 2 apresenta os percentuais e frequências das respostas referentes às práticas educativas utilizadas pelas mães. Quanto às práticas educativas utilizadas pelos educadores sociais, as práticas coercitivas foram mencionadas pelas crianças como sendo utilizadas frequentemente em todas as situações: brigar com colegas (95%), não cumprir horário e desobedecer a ordens (85%), descobrir uma mentira (80%), sair sem pedir permissão (75%), não fazer as tarefas da escola (65%) e receber o boletim escolar (50%). As respostas referentes à inação dos educadores sociais foram mais frequentemente relatadas em relação às seguintes situações vividas pela criança: receber o boletim escolar (40%), não fazer as tarefas escolares (35%), descobrir uma mentira contada pela criança (20%) e desobedecer a ordens (15%). As crianças relataram o uso de práticas indutivas por parte dos educadores sociais somente em três situações: sair sem pedir permissão (15%), receber o boletim escolar (10%) e não cumprir horário (5%).

Tabela 2 – Frequência e percentual das respostas sobre práticas educativas maternas (n=20).

| Questão | Situação | Práticas indutivas | | Práticas coercitivas | | Inação | |
|---------|--------------------------------|--------------------|----|----------------------|----|--------|----|
| | | FR | % | FR | % | FR | % |
| 1 | Brigar com colega | 6 | 30 | 11 | 55 | 3 | 15 |
| 2 | Não cumprir horário | 2 | 10 | 12 | 60 | 6 | 30 |
| 4 | Desobedecer a ordens | 3 | 15 | 13 | 65 | 4 | 20 |
| 5 | Sair sem permissão | 2 | 10 | 12 | 60 | 6 | 30 |
| 6 | Comunicado da escola | 4 | 20 | 12 | 60 | 4 | 30 |
| 7 | Descobrir uma mentira | 3 | 15 | 11 | 55 | 6 | 30 |
| 8 | Não fazer as tarefas escolares | 4 | 20 | 7 | 35 | 9 | 45 |

Problemas no ambiente familiar x coping

A respeito das respostas obtidas na entrevista semiestruturada sobre estratégias de *coping*, quando questionados sobre como se sentiam no abrigo, a maior parte das crianças referiu sentir-se melhor ou mais feliz que em casa (75%). Cerca de 15% referiu sentir-se “mais ou menos” e 10%, sentir-se mal ou triste. Ao serem questionadas sobre o tempo de abrigagem, grande parte das crianças referiu não saber há quanto tempo já estava abrigada (50%). Quando questionada se gostavam do abrigo, 65% da amostra respondeu que sim, 25% referiu gostar mais ou menos e 10% disse não gostar.

Na pergunta sobre o motivo do abrigamento, a resposta mais frequentemente citada estava relacionada à categoria “Problema intrafamiliar” que incluiu uso de drogas, álcool, violência e negligência por parte dos pais (55%). Cerca de 40% das crianças disseram terem sido conduzidas ao abrigo pelo Conselho Tutelar sem saber a razão do encaminhamento.

Quando solicitadas a relatar um problema ocorrido no contexto familiar (o que foi questionado na intenção de investigar, na sequência, a estratégia de *coping* adotada pela criança), 75% das respostas referiram-se à “Violência Intrafamiliar”. Nessa categoria foram incluídas as respostas relacionadas à agressão física e verbal. Problemas como abuso sexual foi relatado por 5% da amostra, o mesmo percentual que relatou a prisão parental como motivo de abrigo. Chama a atenção o fato de outros 15% das crianças terem referido nunca ter tido qualquer problema doméstico.

Diante dos problemas mencionados pelas crianças como vivenciados no ambiente familiar antes do abrigo, a estratégia de “*coping* focalizado na emoção” foi a mais utilizada pelas crianças (60%). Respostas categorizadas como “Inação” totalizaram 25%, e como “*coping* focalizado no problema”, 15%.

Quando questionadas sobre uma estratégia de *coping* alternativa que poderia ter sido adotada frente ao problema no ambiente familiar relatado, 35% das crianças disseram que outra estratégia viável seria não fazer nada (inação) e 30% afirmaram que poderiam ter buscado apoio social (exemplos citados: chamar a polícia, contar para avó e comunicar o Conselho Tutelar para ser abrigado). Respostas categorizadas como “*coping* focado na emoção” foram citadas por 20% das crianças como estratégias alternativas (exemplos: ir brincar, ir para o quarto ou ficar chorando). Já os atos agressivos (intrrometer-se na briga para afastar os pais e ajudar a mãe a bater no pai) foram citados em 15% dos casos.

Problemas enfrentados no abrigo x coping

Os problemas vivenciados no ambiente da instituição que foram mais frequentemente relatados pelas crianças referiam-se a problemas com colegas, como agressões físicas e verbais (50%). Também foram relatados “problemas com os educadores” (30%), que incluíam xingá-los ou desobedecê-los. Em acréscimo, 20% das crianças consideraram nunca ter problemas no abrigo.

A respeito das estratégias de *coping* que as crianças utilizaram frente aos problemas vividos no ambiente institucional, 35% das crianças que disseram já ter tido problemas relataram que tentaram resolvê-lo utilizando-se de agressão física ou verbal. Entretanto, 25% das crianças relataram ter buscado apoio dos educadores, o mesmo percentual obtido para a categoria inação. As categorias “pedir para o agressor parar a briga” (5%), “esconder-se” (5%) e “passar a obedecer” (5%) foram também relatadas pelas crianças.

Quando indagadas sobre o que sentiam depois do problema resolvido, a maioria das crianças informou sentir-se mais calmo(a) e feliz (75%). Contudo, 20% informou sentir-se mal ou triste e 5% relatou não saber o que sentia nessa situação.

Quanto à possibilidade de *coping* alternativo considerado pelas crianças, a relatada com maior frequência em relação a problemas no ambiente institucional foi a possibilidade de busca de apoio dos educadores (35%), seguida pela categoria “agressão física” (20%). As categorias “parar a briga”, “entristecer-se” e “não fazer nada” foram relatadas, cada uma, por 15% da amostra.

Discussões

Os dados do presente estudo revelaram uma predominância de práticas educativas coercitivas utilizadas pelas mães, pais e/ou figuras paternas, bem como pelos educadores sociais nas diferentes situações investigadas. As técnicas coercitivas usadas com mais frequência pelas figuras parentais deste estudo podem ser discutidas à luz das considerações das ideias de Marinho (1999), que sugerem que os pais que adotam práticas disciplinares severas, coercitivas e inconsistentes, em geral, não possuem conhecimentos ou recursos pessoais para atuarem de modo eficiente na educação dos filhos, o que reforça a importância de programas de orientação psicoeducativa a essa população.

Quanto aos educadores, os dados indicam a predominância de agressão verbal, ameaças de privação, castigo e privação de privilégio. Esses achados são coerentes com outros estudos relacionados ao tema. Entre eles, está a pesquisa realizada por Prada e William (2007) em dois abrigos na cidade de Curitiba, que constatou que as práticas educativas nessas instituições eram pautadas pela coerção.

De modo geral, observa-se que as práticas indutivas foram, no presente estudo, mais usadas pelas mães, já que os pais e educadores tendem a praticar mais técnicas coercitivas. Dentre os pais e figuras paternas, a prática de inação é significativamente alta em todas as situações. Estes dados revelam famílias com características abusivas (violência, abuso de droga e álcool) e negligentes, representando alto índice de fatores de risco para as crianças. Nessa linha, ressalta-se resultados de outros estudos realizados sobre práticas educativas parentais, os quais apontaram que pais abusadores tendem a aplicar, de maneira indiscriminada, a punição física, aumentando os riscos de manifestação de comportamentos agressivos ou de distúrbios afetivos nas crianças e adolescentes (Black, Heyman & Slep, 2001).

Em síntese, em todas as situações apresentadas para as crianças, os resultados apontaram uma preponderância do uso das práticas educativas coercitivas tanto no ambiente familiar quanto no institucional. No entanto, é preciso considerar que estudos como o de Reppold, Pacheco e Hutz (2005) chamam a atenção para o fato que o uso predominante de práticas coercitivas por parte dos pais ou educadores pode trazer consequências negativas para o desenvolvimento emocional infantil e não propiciar a internalização de padrões morais e regras sociais, podendo fazer com que as crianças reproduzam comportamentos coercitivos com seus pares. Os resultados do presente estudo destacam as dificuldades parentais e dos educadores sociais em praticar a autoridade de forma adequada e afetiva, bem como a indisposição das crianças em obedecer a regras e normas frente a essas práticas.

Em relação aos problemas enfrentados pelas crianças, os participantes apontaram como principal evento estressor no ambiente familiar os conflitos relacionados à violência, abuso de álcool/droga parental e à negligência. As estratégias de *coping* focadas na emoção e a inação, adotadas para lidar com os problemas envolvendo as figuras parentais, obtiveram maior frequência de respostas. Estes dados apontam para o déficit de recursos das crianças para lidar com seus estressores, especialmente quando estes são produzidos de seus pais. Segundo a literatura, o *coping* focado na emoção e a inação, na maioria das vezes, estão associados aos baixos índices de controle sobre evento estressor e à percepção

de que seus recursos pessoais são suficientes para lidar com a situação de estresse a ser enfrentado (Almquist & Hwang, 1999).

A maioria das crianças refere que, se passasse novamente pelo problema relatado, iria adotar uma estratégia de resolução de problema diferente. A estratégia mais relatada como *coping* alternativo foi *coping* focado no problema (busca de apoio social), uma alternativa mais adaptativa que a agressão física. Este dado corrobora estudos anteriores que indicam que as crianças apresentam-se mais dependentes para lidar com situações estressantes em comparação aos adultos (Compas, Davis, Forsythe & Wagner, 1987) e que a busca de apoio social nessa população é associada ao fato de a maioria dos estressores infantis estarem relacionados a situações que estão fora de controle direto da criança (Ryan-Wenger, 1992).

Outra estratégia frequentemente citada como *coping* alternativo pelas crianças da amostra foram as ações agressivas. Isso porque essas são eficazes para a redução da sensação desagradável provocada pela percepção de um evento estressor. Contudo, o uso da mesma é associado a diversos problemas psicossociais, que têm como consequências déficits relacionais, inabilidades sociais e, em casos extremos, evasão escolar. Contudo, crianças vítimas de violência intrafamiliar comumente utilizam ações agressivas por terem aprendido que são maneiras adequadas de lidar com possíveis contrariedades (Coie & Dodge, 1998).

Quanto à situação adversa enfrentada no ambiente no abrigo, a resposta mais frequente referiu-se a problemas com colegas. Nesta situação, observa-se com alta frequência o uso de *coping* focado para o problema, sobretudo no que tange à utilização de agressões físicas e verbais e à busca de apoio dos educadores como estratégia para lidar com a situação. O fato de a amostra ser composta de crianças vítimas de violência intrafamiliar pode estar associado às altas frequências de respostas de agressões físicas e verbais. Conforme já exposto, muitas crianças nessas condições aprendem a desenvolver no ambiente familiar um repertório violento e tendem repeti-lo na interação social (Bandura, 1997; Coie & Dodge, 1998).

A frequente busca de apoio dos educadores, utilizada pelas crianças como estratégia de *coping* para lidar com problemas que envolvem o grupo de iguais, pode ser compreendida à luz da insuficiência de recurso (físicos, cognitivos e/ou emocionais) que as crianças dispõem para lidarem sozinhas com seus estressores (Boekaerts, 1996). O uso de estratégia de *coping* focado na emoção e a inação não obtiveram frequência alta nas respostas relativas a problemas enfrentados no abrigo. Já em relação a problemas envolvendo os pais, mães e padrasto, esse foi um padrão de resposta recorrente, o que pode ser explicado pela presença de hierarquia e autoridade envolvidas nestes relacionamentos, sobretudo quando as relações eram pautadas pela violência familiar.

Em se tratando de problemas com colegas (grupo de iguais), situação na qual existe maior equilíbrio de poder, as crianças tendem a buscar orientações, conselhos e apoio emocional. Esta tendência foi apontada também em outros estudos, nos quais as crianças mencionaram utilizar da busca de apoio social ou estratégias agressivas para lidar com conflitos relacionados com seus pares (Dell'Aglio, 2000; Lisboa, 2002), respaldando os resultados desta pesquisa.

Para finalizar, podemos considerar que os resultados deste estudo confirmam a necessidade de programas de treinamento de práticas educativas para os pais, durante o período de abrigamento das crianças, para que o processo de reinserção familiar das crianças ocorra de forma segura e, se possível, definitiva. E, para educadores, de treinamentos voltados para o desenvolvimento de práticas educativas positivas e mais afetuosas com as crianças, para que eles compreendam a influência que suas ações exercem no processo de socialização das crianças abrigadas.

Por este ser um estudo exploratório, não foram analisadas possíveis relações existentes entre as práticas educativas e a escolha das estratégias de *coping* das crianças abrigadas e entende-se que esta é uma de suas limitações. Portanto, são necessárias realizações de futuras pesquisas, a fim de investigar possíveis relações existentes entre estes fatores. Por fim, destaca-se a importância da criação de políticas públicas voltadas para as instituições de abrigos, que proporcionem melhor qualidade de atendimento para as famílias e as crianças que dependem deste serviço.

Referências

- Almquist, K., & Hwang, P. (1999). Iranian refugees in Sweden: Coping processes in children and their families. *Childhood, 6*, 167-188.
- Alvarenga, P. & Piccinini, C. A. (2009). Práticas educativas maternas e indicadores do desenvolvimento social no terceiro ano de vida. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 22* (2), 191-199. Disponível: <http://www.scielo.br/prc>. Acessado em 09/2011.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: the exercise of control*. New York: W. H. Freeman Company.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro. Trad.). São Paulo: Edições 70/Livraria Martins Fontes. (Original Publicado em 1977).
- Barros, R. & Fiamenghi Jr, G. (2007). Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Ciência & Saúde Coletiva, 12*(5), 1267-1276.
- Beresford, B. A. (1994). Resources and strategies: how parents cope with the care of a disabled child. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 35*, 171-209.
- Black, D. A., Heyman, R. E., & Slep, A. M. S. (2001). Risk factors for child sexual abuse. *Aggression and Violent Behavior, 6*, 203-229.
- Boekaerts, M. (1996). Coping with stress in childhood and adolescence. Em: M. Zeidner & N. S. Endler (Orgs.), *Handbook of coping* (pp.452-484). New York: Wiley.
- Carvalho, A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. Em: E. Lordelo, A. Carvalho & S. H. Koller (Eds.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (vol. I, pp.19-44). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Coie, J., & Dodge, K. (1998). Aggression and antisocial behavior. Em: W. Damon & N. Eisenberg (Orgs.), *Handbook of child psychology: social, emotional, and personality development* (Vol. 3, pp.779-862). New York: John Wiley.
- Compas, B., Davis, G., Forsythe, C., & Wagner, B. (1987). Assessment of major and daily stressful events during adolescence: the adolescent perceived events scale. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 55*(4), 534-541.

- Dell'Aglio, D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Dix, T., Ruble, D. N. & Zambarano, R. J. (1989). Mother's implicit theories of discipline: Child effects, parent effects, and the attribution process. *Child Development, 60*, 1373-1391.
- Estatuto da criança e do adolescente – ECA (1990). Diário Oficial da União. *Lei nº 8069*. Brasília.
- Folkman, S., & Lazarus, R. S. (1980). An analysis of coping in a middle-aged community sample. *Journal of Health and Social Behavior, 21*, 219-239.
- Heckhausen, J., & Schulz, R. (1995). A lifespan theory of control. *Psychological Review, 102*, 284-304.
- Herman-Stahl, M., & Petersen, A. C. (1996). The protective role of coping and social resources for depressive symptoms among young adolescents. *Journal of Youth and Adolescence, 25*, 733-753.
- Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology, 30*, 26-28.
- Jessor, R., Van Den Boss, J., Vanderryn, J., Costa, F., & Turbin, M. (1995). Protective factors in adolescent problem behavior: moderator effects and developmental change. *Developmental Psychology, 31*, 923-933.
- Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.
- Lisboa, C. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia: Reflexão & Crítica, 15*(2), 345-362.
- Masten, A. S., & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability, protective factors in developmental psychopathology. Em: B. B. Lahey & A. E. Kazdin (Orgs.), *Advances in Clinical Child Psychology* (pp.1-52). New York: Plenum Press.
- Macarini, S. M., Martins, G. D. F., Minetto, M. F. J., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiro de Psicologia, 62*(1) 119-134.
- Marinho, M. L. (1999). Comportamento infantil anti-social: Programa de intervenção junto à família. Em: R. R. Kerbauy & R. C. Wielnska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Psicologia comportamental e cognitiva – da reflexão teórica à diversidade na aplicação* (pp.207-215). Santo André: ARBytes.
- Pacheco, J. B., & Hutz, C. S. (2009). Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 25*(2), 213-219.
- Poletto, R. & Koller, S. (2002). A rede de apoio social e afetivo em crianças em situação de pobreza. *Psico, 33*(1), 151-175.
- Prada, C. G., & Williams, L. C. A. (2007) Efeitos de um Programa de Práticas Educativas para monitoras de um abrigo infantil. *Revista Brasileira de Terapia Cognitivo Comportamental, 9*(1), 63-80.

- Reppold, C., Pacheco, J., & Hutz, C. S. (2005). Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. Em: C. S. Hutz (Ed.), *Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção* (pp.9-35). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ribeiro, M. O., & Ciampone, M. H. T. (2002). Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 36(4), 309-316.
- Ryan-Wenger, N. (1992). Development and psychometric properties of the schoolagers' coping strategies inventory. *Nursing Research*, 39(6), 344-349.
- Samuelsson, M., Thernlund, G., & Ringström, J. (1996). Using the five map to describe the social network of children: a methodological study. *International Journal Behavioral Development*, 19, 327-345.
- Sanzovo, C. E., & Coelho, M. E. C. (2007). Estressores e estratégias de *coping* em uma amostra de psicólogos clínicos. *Estudos de Psicologia*, 24(2), 227-238.
- Sapienza, G., Aznar-Farias, M., & Silveiras, E. F. de M. (2009). Competência Social e Práticas Educativas Parentais e adolescentes com alto e baixo rendimento acadêmico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 208-213.
- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18, 71-80.
- Siqueira, A. C., & Dell'aglio, D. D. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Revista brasileiro crescimento desenvolvimento humano*, 17, 134-146.
- Steinberg, L. (2000). The family at adolescence: transition and transformation. *Journal of Adolescent Health*, 27, 170-178.
- Yunes, M. A. M., Miranda, A. T., & Cuello, S. E. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. Em: S. H. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp.197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Recebido em 09/07/2010

Aceito em 10/10/2011

Giorgina Leni Batista: Psicóloga, especialista em Psicologia Clínica – Ênfase em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Patrícia Santos da Silva: Aluna de Psicologia da UFCSPA.

Caroline Tozzi Reppold: Doutora em Psicologia. Docente da UFCSPA.

Endereço para contato: giorgina.batista@gmail.com